



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

**Reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, docência e
Serviço Social**

Nayara André Damião ¹

Resumo: O Serviço Social é uma profissão majoritariamente feminina em relação às estudantes, trabalhadoras e docentes. Estudos apontam a feminização da docência na educação infantil, básica e magistério, enquanto a docência em nível superior apresenta predominância masculina. Ao mesmo tempo, a docência em Serviço Social se mostra feminizada. Entretanto, podemos afirmar que os assuntos ligados às mulheres têm espaço na formação acadêmica? A massiva presença das mulheres no Serviço Social rompe com os padrões androcêntricos da ciência? À luz da divisão sexual do trabalho, com base em uma pesquisa bibliográfica, propomos reflexões sobre esses questionamentos.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho; Androcentrismo científico; Docência; Serviço Social.

Abstract: Social work is mostly a feminine profession related to students, workers and professors. Studies indicate the feminization of teaching in children, basic and magisterium education, while teaching in college education is predominantly masculine. At the same time, teaching in Social Work has been feminized. However, is it possible to affirm that women's subjects have their space in academic education? Does the massive presence of women in Social Work break androcentric patterns of science? According to sexual division of labor, based on bibliographic research, we propose reflections about these questions.

Keywords: Sexual division of labor; Scientific androcentrism; Teaching; Social work.

I INTRODUÇÃO

É fato que o Serviço Social constitui uma profissão majoritariamente composta por mulheres. O seu início, ligado à moralidade católica, tendo como objetivo amenizar o conflito de classes e garantir a reprodução da sociedade vigente por meio do atendimento à

¹ Assistente social da Prefeitura Municipal de Londrina, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, mestra pelo mesmo programa. E-mail: nayara.damiao@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

algumas demandas da classe trabalhadora, vem de encontro com os estereótipos e papeis sociais impostos às mulheres.

Atualmente, observamos que a maioria das estudantes, profissionais e docentes da área são mulheres, ainda que as bases que sustentam a profissão tenham se modificado. A docência no ensino superior, diferentemente da docência em outros níveis, não é considerada uma profissão feminizada. Já o Serviço Social apresenta outra realidade.

Em que pese a profissão ser majoritariamente feminina (tanto enquanto estudantes, profissionais e docentes), e que, em grande parte, as profissionais da área lidem com mulheres no cotidiano de trabalho, podemos dizer que os assuntos ligados às mulheres têm espaço na formação acadêmica? A massiva presença das mulheres no Serviço Social rompe com os padrões androcêntricos da ciência?

À luz da divisão sexual do trabalho, princípio que separa e hierarquiza o trabalho segundo o sexo de quem o exerce, podemos compreender a feminização do Serviço Social e da docência na área, bem como tecer reflexões acerca dos questionamentos supramencionados. Para isso, faremos uma revisão bibliográfica acerca dos temas propostos.

II DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, DOCÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL

Afirmar que há uma divisão sexual do trabalho implica em considerar que o trabalho na sociedade em que vivemos é organizado conforme a classe social a que pertencemos, mas também de acordo com nosso sexo. Isso significa que a maneira como homens e mulheres são inseridos no trabalho será não somente diferente, mas desigual .

A divisão sexual do trabalho é uma das faces do patriarcado, que, segundo Heleieth Saffioti “ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Ou seja, o patriarcado organiza um sistema de dominação e exploração que oprime as mulheres, explorando seu trabalho e corpo para assegurar a produção e reprodução da vida.

Considerando que o sistema que vivenciamos é patriarcal, racista e capitalista (SAFFIOTI, 2004), compreendemos que esses três elementos se entrelaçam, formando um nó (idem), se intensificando e ressignificando para garantir sua reprodução. Nesse sentido, o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

capitalismo se apropria dos papéis e estereótipos socialmente para intensificar a exploração e garantir a reprodução da força de trabalho por meio do trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres, por exemplo.

Segundo Daniéle Kergoat (2000), a divisão sexual do trabalho é organizada segundo dois princípios: o da divisão/separação e o da hierarquização. O primeiro estabelece que existem “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”. Nesse sentido, as mulheres estão restritas aos papéis ligados ao ambiente doméstico e familiar, de cuidado, enquanto os homens são destinados a pensar o mundo e as relações sociais, a decidir, elaborar leis e padrões, etc. Segundo o princípio da separação, os homens são destinados prioritariamente ao trabalho produtivo e às funções de grande valor social e poder, bem como aos papéis de decisão. As mulheres, em consequência, são aprisionadas ao trabalho reprodutivo e funções de baixo valor social.

O segundo princípio organizador da divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2000) se materializa na hierarquização entre o trabalho desempenhado por homens e por mulheres. Esse princípio determina que o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher (KERGOAT, 2000). Isso implica em dois desdobramentos. O primeiro é que o trabalho reprodutivo/doméstico familiar destinado às mulheres é menos valorizado que o trabalho produtivo desempenhado pelos homens. O segundo é que, mesmo quando homens e mulheres desempenham a mesma função, o trabalho realizado pelos primeiros vai ser mais valorizado que aquele realizado pelas segundas.

Isso fica latente quando observamos a inserção das mulheres no mercado de trabalho na ocasião de dividirem os mesmos postos com os homens: ainda que as mulheres tenham a mesma ou maior qualificação profissional, os salários são mais baixos do que os dos colegas homens. A menor presença de mulheres em cargos de chefia em comparação com a maior presença dos homens nesses postos também nos dá indício sobre essa hierarquização.

Além disso, quando há inserção de homens em trabalhos historicamente ligados ao feminino, este geralmente é mais valorizado que aquele desempenhado pelas mulheres, como podemos verificar no caso dos grandes chefes de cozinha, maquiadores e estilistas. Atividades geralmente feminizadas, como cozinhar, cuidar da aparência, etc, quando na mão de homens, eleva seu prestígio e marginaliza as mulheres. Todavia, o contrário não é verdadeiro: mulheres que ocupam profissões historicamente masculinizadas continuam sendo inferiorizadas, como por exemplo as engenheiras, pedreiras, caminhoneiras, etc.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Portanto, a divisão sexual do trabalho pode ser observada tanto na manutenção das mulheres como únicas responsáveis com os cuidados doméstico-familiares (trabalho não remunerado), como na inserção de homens e mulheres de formas desiguais no mercado de trabalho remunerado. Ao mesmo tempo que as mulheres são destinadas aos trabalhos de cuidado não remunerado a fim de proporcionar aos/às trabalhadores/as as condições básicas para que continuem trabalhando, a sua inserção no mercado de trabalho também acontece de acordo com estereótipos ligados ao feminino.

Conforme nos traz Kergoat (2000), quando as mulheres são inseridas no mercado de trabalho, suas atividades são, normalmente, uma extensão daquilo que exercem no ambiente privado/doméstico. Podemos perceber essa questão quando analisamos a grande quantidade de mulheres exercendo profissões no âmbito de cuidados – enfermagem, Serviço Social, educação, etc.

Quando voltamos nosso olhar sobre a docência, podemos levantar duas questões. Em primeiro lugar, é certo que há a feminização do trabalho em educação quando colocamos em questão educação infantil, a de as séries iniciais, fundamental e médio. Entretanto, quando tratamos do trabalho docente dentro das universidades, não podemos dizer que há feminização. Apesar de ambos se situarem na atividade docente, o trabalho no ensino superior tem sua peculiaridade uma vez que seu status na divisão social do trabalho e as relações de poder intrínsecas à atividade são diferenciadas dos outros níveis de ensino.

Maria Isabel da Cunha menciona que há uma subalternização do magistério em relação à carreira universitária, e que “é bem mais recente a presença mais constante da mulher nos níveis médio e superior de ensino” (CUNHA, 1999, p. 138). Segundo a autora, “a sociedade de valores preponderantemente masculinos faz uma concessão ao trabalho feminino quando se trata de crianças e enfermos, a partir de um referencial especificamente moral” (idem).

À luz da divisão sexual do trabalho, podemos refletir que a educação de crianças e adolescentes está ligada à noção de cuidado, o que justifica a grande participação das mulheres. A baixa remuneração e prestígio da docência nesses casos são, ao mesmo tempo, causa e efeito da feminização da profissão. Cunha ressalta que “se tomarmos a estrutura de poder social, é evidente que profissões com contingentes profissionais mais femininos se fragilizam e ficam mais débeis na sua condição” (1999, p. 139).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Por outro lado, quando a carreira docente dentro das universidades está ligada a uma posição de poder e status, com melhores salários e prestígio em relação aos trabalhadores da educação infantil, fundamental e médio, demonstra maior participação dos homens. Segundo Silvia Yannoulas, “a participação feminina na docência é maior quanto menor for o nível educativo em questão. [...] O nível superior do sistema educativo formal é o de menor presença feminina no corpo docente” (2007, p.5)

Nesse sentido, a autora afirma que há padrões androcêntricos do conhecimento e da ciência. Isso significa que o conhecimento e a ciência são construídos segundo os moldes masculinos. A noção de androcentrismo é também utilizada por Nancy Fraser, segundo o qual se institucionalizam valores culturais que privilegiam o masculino e desvalorizam o que é relacionado ao feminino (FRASER, 2002). O androcentrismo está intensamente entranhado nas instituições, que o reproduzem sem que isso seja questionado. Conforme nos traz Pierre Bourdieu, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 1998).

Yannoulas (2007) afirma que na ciência esses padrões podem agir de duas maneiras. A primeira, negando o acesso a produção e apropriação do conhecimento científico pelas mulheres, e a segunda, pela incorporação das mulheres nesses espaços sem, contudo, transformá-los, o que significa a submissão das mulheres, com suas particularidades, em espaços sexuados, construídos conforme o molde masculino.

Uma questão que pode ter intensificado o androcentrismo na ciência é a tardia inserção das mulheres dentro das universidades. Segundo a autora, as primeiras universidades criadas na Europa no século XII somente permitiram o ingresso das mulheres no século XIX (YANNOULAS, 2007). Os argumentos para o impedimento das mulheres às universidades eram baseados nos estereótipos e papéis sociais histórica e socialmente impostos aos sexos. Com base na divisão sexual do trabalho, a esperava-se que as mulheres cuidassem da prole e do marido, propiciando a reprodução daquele modo de vida.

Pateman (1993) aponta que a submissão das mulheres aos homens era justificada pela ciência. As afirmações de grandes pensadores como Rousseau, Kant, Hegel, etc. que contribuíram na construção dos estereótipos femininos ligando as mulheres à irracionalidade, imoralidade, incapacidade intelectual. A própria ciência, construída pelos homens e para os homens, tratava de manter as mulheres longe desses espaços.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

É importante pontuar que a mencionada inserção tardia das mulheres nas universidades não aconteceu por acaso, mas atendeu às demandas da classe dominante: uma elite branca e masculina. O afastamento das mulheres na produção do conhecimento ainda hoje atende às demandas do modo de produção que vivemos: patriarcal, racista e capitalista. Os homens, segundo Bourdieu (1998), são os “detentores do monopólio dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico” e, portanto, “visam assegurar a conservação ou o aumento deste capital”.

Yannoulas afirma que “a falta de modelos de referência foi um verdadeiro obstáculo para as primeiras universitárias e profissionais”, havendo uma “necessidade de romper com os valores e modelos femininos recebidos através da socialização prévia, reforçados durante a etapa universitária inclusive a partir do conhecimento científico androcentrado” (YANNOULAS, 2007, p.3).

Outra questão pontuada pela autora é que o ingresso das mulheres nas universidades no que se refere à área do conhecimento não foi homogênea:

O enorme salto educativo dado pelas mulheres em matéria de educação superior nas últimas décadas não modificou significativamente suas escolhas disciplinares. Observa-se a tendência de agrupamento das alunas universitárias em disciplinas vinculadas aos serviços, como são as profissões das áreas de Comunicação, Educação, Humanidades e Saúde. As carreiras mais fortemente vinculadas à produção, como as Ciências Agropecuárias e as Engenharias, permanecem com o corpo discente fundamentalmente masculino. (YANNOULAS, 2007, p. 4).

A divisão sexual do trabalho nos elucida quanto a isso, conforme discutimos anteriormente. A inserção da mulher no trabalho remunerado, ainda que intensificada, ainda demonstra a persistência dos seus princípios de divisão e hierarquização de acordo com o sexo das/os trabalhadoras/es.

Conforme pudemos perceber, há uma hierarquia na ciência que se reproduz e perpetua. Os homens estão em posição de autoridade, o que dificulta a inserção das mulheres nessas atividades, a disputa por parte delas de cargos de chefia e o questionamento do androcentrismo científico. Saffioti nos ajuda a compreender e também alerta: “o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Essa hierarquia não explícita “sanciona os temas do conhecimento como dignos ou indignos, relevantes ou secundários, nobres ou não, e da mesma forma com as metodologias de pesquisa como apropriadas ou inapropriadas.” (YANNOULAS, 2007, p. 6).



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Portanto, as mulheres enquanto pesquisadoras e/ou docentes no ensino superior são desvalorizadas, bem como os temas sobre os quais se debruçam.

Os padrões androcêntricos hierarquizam os temas considerados importantes para a ciência, secundarizando aquilo que é de interesse das mulheres ou que fale sobre mulheres sob sua própria visão. Nesse contexto, o questionamento acerca do saber construído por homens e para os homens fica prejudicado. Em decorrência disso, há uma hierarquização dos temas relacionados às mulheres tanto como produtoras do conhecimento quanto como objetos dele.

O androcentrismo interfere inclusive na pontuação e financiamento para as pesquisas dentro das universidades, uma vez que o padrão de produtividade é:

Baseado na quantidade de pesquisas e publicações realizadas pelo candidato. Esta produtividade geralmente não leva em consideração o ciclo vital da candidata, porque o costume é pensar em relação à carreira profissional ideal dos homens, sem interrupções que alterem seu padrão de produtividade a partir de mudanças produzidas pela reprodução biológica e cultural da família." (YANNOULAS, 2007, p. 6).

Em sua pesquisa, Yannoulas entrevistou "líderanças" em diversas áreas de ciência e tecnologia para uma pesquisa sobre o tema, e obteve como resultado a presença da crença que "a situação desfavorável para as mulheres na ciência" decorre de uma cultura "do passado" que entardeceu a inserção das mesmas nas universidades. As/os entrevistadas/os, por acreditarem ser um problema "do passado", não vêem a necessidade de políticas públicas para reverter esse cenário, uma vez que "o tempo agirá".

A pesquisa aponta que O "mérito acadêmico" ainda é utilizado para justificar essa questão. Em contradição a isso, as/os entrevistadas/os, segundo a autora, ainda se valem de estereótipos sexuais para essas explicações, diferenciando/inferiorizando a capacidade das mulheres para a ciência e/ou destacando "qualidades femininas" que podem contribuir ou prejudicar o desempenho dela (YANNOULAS, 2007). Isso nos chama atenção para a permanência dos papéis e estereótipos sexuais na academia, ainda que as mulheres estejam ganhando espaço na ciência.

No que se refere ao Serviço Social também observamos a feminização da profissão segundo os princípios da divisão sexual do trabalho. Desde o surgimento da LBA (Legião Brasileira de Assistência) no governo de Getúlio Vargas, a atividade demonstrava no primeiro-damismo tanto o papel relegado ao tratamento da questão social como também o lugar da mulher na sociedade. Na ocasião da profissionalização do Serviço Social, as primeiras escolas da área eram destinadas exclusivamente às mulheres:



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres desde o fim do século 19, uma alternativa à inserção no mercado de trabalho. Essa inserção foi permitida pela sociedade à medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado (CISNE, 2012, p. 54).

O Serviço Social originalmente ligado ao cuidado e à conciliação foi de encontro com o papel social imposto às mulheres, que eram ao mesmo tempo agente e objeto da intervenção profissional da área.

Podemos compreender que no Serviço Social há a especificidade da profissão em si ser feminizada, o que também decorre na feminização da sua atividade docente. Entretanto, será que podemos afirmar que a proporção entre mulheres e homens estudantes e profissionais de Serviço Social é a mesma em comparação com homens e mulheres docentes da área? E quanto à inserção na pós-graduação levando-se em consideração o recorte de sexo?

Esse artigo não pretende responder a todos esses questionamentos, porém pontuamos algumas reflexões necessárias. Segundo os dados trazidos pelo Enade 2016, mais de 90% das estudantes de Serviço Social são mulheres. Na modalidade presencial, essa relação é de 92,1% e na modalidade à distância, 91,8%.

Como um exemplo, em se tratando de alguns dos cursos de graduação em Serviço Social de universidades públicas no Paraná, de acordo com os dados expostos nos sites das instituições, temos o seguinte cenário. Na Universidade Estadual de Londrina há 27 professores no departamento de Serviço Social, segundo os dados informados pelo site do curso. Desses, 25 são mulheres e dois são homens. Na UNESPAR campus Paranavaí, há 8 professoras, todas mulheres. O quadro de professores da UNESPAR campus Apucarana conta com 9 professoras 6 professores. Na Unioeste campus Toledo, de 20 docentes (somando efetivos e colaboradores), 18 são mulheres e 2 são homens. Na UFPR há 9 professores: 7 mulheres e 2 homens.

A proporção entre homens e mulheres estudantes se mantém quando analisamos a docência na área em duas universidades: UEL e Unioeste. Em uma delas, a proporção de mulheres na docência é maior que a de estudantes da área: UNESPAR campus Paranavaí. Nas outras duas, ainda que as mulheres sejam maioria na docência em Serviço Social, a proporção entre os sexos é diferente: enquanto, segundo o ENADE 2016 mais de 90% das estudantes de Serviço Social são mulheres, apenas 77% e 60% das professoras dos cursos da UFPR e da Unespar campus Apucarana, respectivamente, são mulheres. Somente esses



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

dados não nos permitem traçar uma análise com recorte de sexo sobre a proporção entre estudantes de Serviço Social em relação à inserção enquanto docentes, porém podemos fazer algumas reflexões.

Em primeiro lugar, há uma quantidade considerável de homens docentes em Serviço Social, ainda que a proporção deles entre os estudantes seja muito pequena. É fato que a docência no ensino superior possui maior valorização e melhores condições de trabalho em comparação com a atividade em outros níveis da educação. Ainda que a docência no ensino superior não seja uma profissão feminizada, diferentemente do que acontece com a docência nos outros níveis de educação, no Serviço Social o quadro de professores é majoritariamente feminino devido à feminização da área. Essa é uma realidade da docência no ensino superior do Serviço Social e de outras profissões feminizadas. Contudo, embora observamos massiva presença das mulheres nos quadros docentes, não podemos afirmar que o androcentrismo é questionado nas universidades, mesmo nos cursos em que a feminização é uma característica.

Além do mais, considerando que a atividade docente no ensino superior é mais valorizada, tem melhores salários, condições de trabalho, autonomia e poder em relação aos outros postos de trabalho, é certa a procura e presença dos homens na atividade, mesmo em profissões feminizadas. Não podemos esquecer que a hierarquização também faz parte da divisão sexual do trabalho, destacando o trabalho desempenhado por homens inclusive em funções tradicionalmente feminizadas.

É importante destacar que a intensificação da presença das mulheres nas universidades enquanto docentes e pesquisadoras traz avanços importantes para o questionamento dessa ordem, estabelecendo novas perspectivas, novos temas de interesse, novas maneiras de se relacionar com o trabalho e entre as/os trabalhadoras/es:

A presença das mulheres e das cientistas feministas nas Universidades, contribuiu para a percepção das mulheres como sujeito e objeto de pesquisa e, simultaneamente, para a transformação dos parâmetros androcêntricos da ciência moderna. (YANNOULAS, 2007, p. 2).

No entanto, essa inserção, por si só, não necessariamente resulta no questionamento do androcentrismo científico. A inserção das mulheres dentro das universidades construídas conforme moldes masculinos, sem levar em consideração o sexismo institucional, pode perpetuar o androcentrismo ao levar que as pesquisadoras e docentes reproduzam esses valores. Um ponto importante é trazido por Saffioti:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. (SAFFIOTI, 2004, p. 34).

O que explica que uma profissão, apesar de ser feminizada, não necessariamente obtém êxito na busca pelo rompimento com os valores e práticas que hierarquizam e submetem as mulheres aos homens. O Serviço Social é uma delas. Apesar da feminização da profissão e da massiva presença das mulheres na docência e pesquisa, observamos que as questões relativas às relações sociais de sexo, feminismo ou ordem patriarcal de gênero são consideradas “secundárias” ou menos importantes que aquelas relativas ao antagonismo de classe, por exemplo.

Taynara Fitz Patriarcha (2018) pesquisou a inserção do debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional nos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná e constatou que esse debate ainda é muito incipiente. Segundo a autora, apesar das diretrizes curriculares terem incorporado as discussões acerca das relações desiguais entre homens e mulheres e dos esforços do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, da ABEPSS, o tema ainda é pouco explorado: “embora notemos um esforço dos cursos para absorver as discussões sobre a ordem patriarcal de gênero, este debate não é apresentado enquanto uma das determinações da sociedade” (PATRIARCHA, 2018, p.107). Além disso, a autora pontua que a incorporação dessa questão nos cursos de Serviço Social ocorre principalmente quando há docentes/pesquisadoras interessados na temática que o reivindicam na formação e para cumprir as exigências do MEC.

A pesquisa sobre direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social também constatou que a maioria das assistentes sociais não tem contato com o tema durante a graduação (DAMIÃO, 2018). Ainda que o Projeto Ético-Político e o Código de Ética do Serviço Social abordem as relações sociais resultantes da classe, gênero e raça/etnia desde a década de 1990, percebemos que a essas duas últimas não têm sido conferida tanta atenção. As relações de classe ainda têm primazia. Apesar de considerarmos ainda insuficiente o debate acerca dos temas ligados à submissão das mulheres, atualmente vemos o espraiamento do debate sobre questões de gênero ou de relações sociais de sexo – não sem resistência.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, tivemos como objetivo refletir sobre a divisão sexual do trabalho, a docência e o Serviço Social. Compreendemos que a docência em Serviço Social é massivamente composta por mulheres devido à feminização da área, já que a docência no ensino superior em geral não é uma atividade cujas trabalhadoras são em maioria, mulheres.

É importante ressaltar que a atividade docente no ensino superior se diferencia daquela nos outros níveis de educação (esses sim feminizados) devido ao status que ocupa na sociedade.

Verificamos que o androcentrismo científico desvaloriza e dificulta o trabalho das mulheres na docência e na pesquisa, e que somente a inserção das mulheres nesses espaços não rompeu com esses valores – mesmo naquelas áreas historicamente feminizadas, como o Serviço Social.

Nesse sentido, é importante lembrar que “a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte” (CHAUI, 2001, p. 35). O modo de produção e as condições sócio históricas determinam a maneira como se constrói a educação (CHAUI, 2001; RIBEIRO, 1978), estabelecendo, por exemplo, o perfil e atribuições do docente, o que é considerado importante ou não de ser ensinado, etc.

A divisão sexual do trabalho é um dos pontos que estrutura essa sociedade, e, portanto, também determina a maneira como a educação será construída. Isso porque o modo de produção que vivenciamos é patriarcal, racista e capitalista (SAFFIOTI, 2004), comprometendo as instituições sociais com a perpetuação dessa ordem vigente. Segundo Yannoulas, “são as próprias relações de gênero que configuram os campos do saber” (2007, p. 3).

No Serviço Social observamos que apesar da massiva presença de mulheres docentes, o androcentrismo ainda está presente, hierarquizando temas de interesse e condicionando as docentes e pesquisadoras ao trabalho nas instituições segundo moldes masculinos.

Além disso, as condições de trabalho cada vez mais precarizadas e a massificação do ensino (CHAUI, 2001) contribuem para que a atividade docente seja permeada por



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

práticas irrefletidas, mecânicas, próprias do cotidiano (HELLER, 2016). O que pode explicar, inclusive, a dificuldade em questionar o androcentrismo científico.

Para questionar o androcentrismo e o sistema que domina e explora as mulheres, é necessário que mulheres ocupem a ciência, reforçando o compromisso em questionar o modelo societário vigente, bem como a maneira como o conhecimento é construído. Nesse aspecto, a universidade cumpre papel importante, ainda que não incida sozinha na transformação na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Bertran do Brasil: Rio de Janeiro, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CUNHA, Maria Isabel da. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CUNHA, Maria Isabel da. (orgs). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1999.

DAMIÃO, Nayara André. **Se podes olhar, vê: o aborto no cotidiano das assistentes sociais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, 2018.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Ed. 34. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

KERGOAT, Danielle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dictionnaire critique du féminisme. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

PATRIARCHA, Taynara Fitz. **O debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (orgs). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

YANNOULAS, Silvia. Mulheres e ciência. **Revista Série Anis**, no 47. Brasília: Letras Livres: 2007, pp 1-10.